



PRODUÇÃO ALIMENTAR DE BASE AGROECOLÓGICA EM COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS COMO TERRITORIALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE CUIDADO

Thinking health and food security during the covid-19 pandemic: agroecology as a
post-pandemic path

Cauê Assis Bráz¹

RESUMO

As Comunidades Rurais Quilombolas (CRQs) são exemplos da persistência em viver de forma autônoma em um Estado que atua no abandono das pessoas presentes nesses territórios. A partir disso, este trabalho procura debater a questão do entorno das CRQs e como o modelo de desenvolvimento nacional se apresenta como uma grande ameaça à vida dessa parcela da população no meio rural. Analisando dados da produção agrícola e seu financiamento, desmatamento e mortes causadas pela Covid-19, deseja-se apontar algumas incongruências no discurso de fomento da produção da agricultura familiar e o seu direcionamento para a *commoditização* em um curto período. Logo, a proposta deste trabalho é levantar uma reflexão para a urgência em reconhecer o potencial que as CRQs possuem em trabalhar de forma agroecológica na promoção de desenvolvimento local com proteção da cultura e da natureza, ambas fundamentais para a formação da identidade de um grupo étnico que promove a agricultura familiar muito antes do Brasil se tornar uma nação capaz de formular políticas públicas deturpadas pelas forças mercadológicas.

Palavras-chave: Quilombos. Agricultura Familiar. Agroecologia.

ABSTRACT

Quilombola Rural Communities (CRQs) are examples of the persistence in living autonomously in a State that acts in the abandonment of people present in these territories. Based on this, this paper seeks to debate the issue surrounding the CRQs and how the national development model presents itself as a major threat to the life of this portion of the population in rural areas. Analyzing data on agricultural production and its financing, deforestation and deaths caused by Covid-19, it is intended to point out some inconsistencies in the discourse of promoting family farming production and its direction towards commoditization in a short period of time. Therefore, the purpose of this work is to raise a reflection for the urgency in recognizing the potential that CRQs have in working in an agroecological way in promoting local development with protection of culture and nature, both fundamental for the formation of the identity of an ethnic group which promotes family farming long before Brazil became a nation capable of formulating public policies distorted by market forces.

Keywords: Quilombos. Family Farming. Agroecology.

¹ Economista (FCE/UFRGS) e mestrando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: cauea-braz@gmail.com

Recebido em: 22/06/2020

Aceito para publicação em: 28/10/2020

Correspondência para:
camila.schreiner@hotmail.com

Introdução

Uma Comunidade Rural Quilombola (CRQ) no território nacional é a memória materializada de um projeto de civilização que rompe com a estrutura econômica dominante. Para Nascimento (1980), um quilombo não pode ser resumido a um espaço onde negros fugidos se reuniam. Localizados nas margens da economia escravagista, Gomes (2015) registra que, desde a ocupação do território brasileiro, a partir do século XVI, os quilombos surgem como agrupamentos rurais e urbanos de negros de importante função social. Articulando-se no meio das matas e em pedaços de terra de difícil acesso, esses negros se organizaram em roças trabalhando de forma associativa, permitindo proteção, livre produção e manutenção da cultura através, principalmente, da religião. Assim, transformando-se em camponeses e dando o rumo para suas vidas de forma livre. Os séculos de convívio social no território propiciaram interações com indígenas e alguns pequenos fazendeiros brancos. Entre os quilombos, desde o século XVIII, foi sendo tecida uma densa rede de relações de parentesco e vizinhança, recobrando grandes espaços que transcendiam os limites dos quilombos. Essas articulações negras atuavam como afirmação de humanidade e liberdade, sendo exemplos de múltiplas estratégias de sobrevivência e progresso comunitário (NASCIMENTO, 1980; GOMES, 2015; ANDRADE, et al, 2019).

A riqueza natural do território brasileiro possibilitou a reprodução social dos quilombolas fora das fronteiras de produção de cana de açúcar e algodão nas *plantations* e dos garimpos de metais e pedras preciosas da Economia Escravagista, definida por Furtado (2005), cuja mão de obra era formada por corpos sequestrados da África e desumanizados na travessia do Oceano Atlântico. Moura (1993) aponta que o escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne do Brasil colonial por produzirem as riquezas exportadas para a Europa. Com isso, nota-se que, desde a sua formação, o Brasil assumiu o posto de fornecedor de matérias primas para o restante do mundo. A análise da pauta de exportações brasileiras ao longo da história enquadra o país como uma economia agrário-exportadora. O *boom* das *commodities* na década de 2000 indica que os produtos da vez são os grãos, com destaque para soja. Essa posição na economia mundial torna o território brasileiro extremamente disputado por projetos antagônicos de ocupação e uso da terra. Sinteticamente, de um lado o agronegócio, cuja produção está cada vez mais especializada e concentrada de acordo com Guanzirolli et al. (2012), de outro, a agricultura tradicional, baseada na produção de baixo impacto ambiental, que negocia com atores sociais externos o controle de seus territórios conforme Coelho-de-Souza e Kubo (2014), e, entre os dois extremos, Schneider e Niederle (2008) mencionam uma vasta diversidade de formas sociais familiares de produção rural que apontam a heterogeneidade da agricultura familiar brasileira.

Este trabalho busca levantar algumas reflexões sobre a produção rural brasileira nos últimos anos e seus efeitos na natureza. Tendo como compreensão para natureza, os biomas e os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Com isso, pretende-se verificar os impactos gerados por um modelo de produção agrícola voltado para a exportação de grãos que avança sobre novos territórios, com destaque para a região amazônica. Posteriormente, centralizar as CRQs e os quilombolas no debate de produção agroecológica no Brasil destacando o significado do trabalho da população negra na geração de emprego, renda, alimentos sem agrotóxicos e, conseqüentemente, saúde em um cenário historicamente marcado pela ausência do Estado em acompanhar essa parcela da população rural. Assim, busca-se compreender os riscos a que as CRQs estão expostas diante da pandemia do novo coronavírus.

As comunidades remanescentes de quilombos são a herança da resistência negra no período colonial. Um espaço de revolta contra um sistema desumano, que tem como base desassociar o homem da natureza. Não permitindo sua liberdade em exercer seu modo de vida integrado com a terra. Impossibilitando a afirmação de sua identidade e impondo severas restrições em resistir ao genocídio da população negra rural. O período atual aponta o enorme desafio de garantir territórios que existem há séculos e estão no caminho do desenvolvimento do sistema capitalista. Com enfoque na produção agrícola, o trabalho procura assinalar o esgotamento de um modelo de desenvolvimento rural que é excludente e insustentável cujo sucesso é proveniente dos inúmeros obstáculos criados para que os quilombolas realizem suas atividades de forma autônoma, impactando no cuidado intergeracional; dos

mais velhos, que guardam a ancestralidade; e dos mais jovens que carregarão o futuro quilombola, e no cuidado do território.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem 5.972 localidades quilombolas no Brasil. Sendo que a maior parte delas são encontradas nas regiões Norte e Nordeste. Atualmente, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), em conjunto com o Instituto Socioambiental, tem atuado em tornar visível a dramática situação em que as CRQs se encontram por não receber a atenção devida das autoridades públicas e dos meios de comunicação dominantes. Assim, os dados da transmissão da doença em territórios quilombolas são subnotificados, pois muitas secretarias municipais deixam de informar quando a transmissão da doença e a morte ocorrem entre pessoas quilombolas. Tanto as secretarias de saúde como o próprio Ministério da Saúde têm negligenciado uma atenção específica em relação às comunidades negras.

Até o dia 22 de julho de 2020 foram registrados 80 óbitos nas CRQs e, aparentemente, essa negligência tem sido usada como ferramenta para se tornar mais uma forma de atormentar a população quilombola. Fato que, para Vecchione e Martins (2020), compõe o arsenal da morte por parte do Governo Federal ao enfraquecer as políticas ambientais, fundamentais para o repasse de verbas e atividades de desenvolvimento local e territorial na Amazônia, com uma série de medidas antidemocráticas em relação ao direito ao meio ambiente que aumente a vulnerabilidade dos habitantes. Silva (2008) relata que a saúde das pessoas é impactada diretamente a partir do descaso dos agentes do Estado, assim, expondo os quilombolas à morte tanto por motivo infecto-contagioso quanto crônico-degenerativo. Mesmo representando com tanto sucesso a cultura brasileira, com colaborações que vão da culinária e hábitos de cuidado, o Estado tem grandes dificuldades em cumprir legislações voltadas para este público. Outrora por omissão, atualmente por perversidade. Sendo que ambas as formas sinalizam que se manter vivo é uma batalha nesses territórios.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, desenvolveu-se a observação de uma série de dados disponíveis por órgãos públicos e organizações não-governamentais. Com isso, este trabalho juntou informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Banco Central do Brasil (BCB) e do observatório Quilombo Sem Covid-19, ação conjunta da Conaq e Instituto Socioambiental.

Primeiramente, quantificaram-se as localidades quilombolas por unidade da federação, utilizando a Base de Informações Geográficas e Estatísticas de Indígenas e Quilombolas do IBGE. Posteriormente, coletaram-se dados para o desmatamento no INPE para os biomas Cerrado e Amazônia. Assim, limitou-se a coleta de dados para 17 unidades federativas do território brasileiro que possuem algum dos biomas em sua área. Sendo elas: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins, Rondônia, Pará, Amapá, Roraima, Acre e Amazonas. Para finalizar, as informações do financiamento da agricultura familiar foram apuradas na Matriz de Dados de Crédito Rural (MDCR) do BCB e sobre o uso da terra para verificar a variação da área das lavouras foi solicitado na Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE.

Todos os dados foram coletados a partir de 2015. A escolha desse ano foi feita por ter sido o início dos ataques da oposição que culminaram na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como uma das primeiras medidas governamentais do governo Temer. É importante destacar que esse governo foi alçado ao poder por meio de um *impeachment* sem crime de responsabilidade no ano seguinte. Juntamente, as crises econômica e política aprofundaram as disputas do meio rural brasileiro com a radicalização do setor ruralista resultando em inúmeros retrocessos na questão agrária nacional, sendo a expressão do neoliberalismo brasileiro que flexibiliza normas ambientais e sanitárias para o aumento da produção agrícola. Para Carvalho (2018) a agenda de austeridade fiscal faz o Estado carregar características danosas para a sociedade quando opta por oprimir violentamente assentados rurais, índios, quilombolas e a população das periferias urbanas, que é majoritariamente negra. Enquanto permite a concentração de renda para o setor financeiro acompanhada da tributação regressiva da população ao taxar mais o consumo do que a renda e o patrimônio.

RESULTADOS

O período analisado fornece informações relevantes sobre as políticas públicas para a produção agrícola brasileira. Porém, antes de chegar nesse ponto, é necessário mapear as CRQs no Brasil. Gomes (2015) aponta que as sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto. Entre rebeliões, assassinatos, fugas e sabotagens à produção, muitos negros se defendiam da intolerância dos senhores e a brutalidade dos feitores. A defesa se materializou na formação de comunidades de fugitivos que se espalharam por toda América nas margens das fazendas. No Brasil, os quilombos e mocambos representam a busca por autonomia e dignidade por pessoas negras que, hoje, representam as 5972 localidades quilombolas identificadas pelo IBGE. Sendo mais presentes na região Norte e Nordeste, representando 67,72% desses territórios no país, ou seja, 4.044 localidades. Na região, destaca-se o estado do Pará que, com 516 localidades, representa quase 60% dos territórios quilombolas das duas regiões, com a peculiaridade de estar entre a fronteira do bioma amazônico e a fronteira de produção agrícola. No país, apenas os estados do Acre e Roraima não possuem localidades quilombolas.

Entre 2015 e 2019, o desmatamento da Amazônia variou de 5.813,51 km² para 10.665,56 km², tendo o aumento de 83,5%. Ao todo, foram derrubados 37.188,33 km² de floresta. No ano de 2019, o estado com a maior área desmatada foi o Pará, com a perda de 4.462,33 km² de mata nativa. O desmatamento também chama atenção nos estados de Mato Grosso, Amazonas e Rondônia que, respectivamente, tiveram 1.780,72 km², 1.556,18 km² e 1.400,83 km² de floresta derrubada. Outro destaque no bioma amazônico é que, entre 2018 e 2019, o desmatamento aumentou em todos os estados. Destaca-se Roraima, com o aumento de 319,8% da área desmatada alcançando os 543,35 km², ao passo que o Pará teve o aumento de 67,2% do território desmatado.

Para o Cerrado, o desmatamento também preocupa. Em números absolutos, supera o desmatamento da Amazônia, alcançando a marca de 38.893,95 km² de área derrubada. Os estados com maior perda de mata nativa são Tocantins, Maranhão e Mato Grosso contabilizando, respectivamente, 9.369,72 km², 7.146,28 km² e 5.882,63 km². A queda de 44,5% do desmatamento no Cerrado para o período não deve ser visto como algo positivo, entretanto como o esgotamento do bioma que não apresenta mais onde derrubar árvores. Isso é sinalizado pelo fato de o Paraná ter representado a maior variação percentual entre o biênio de 2018/2019 de novas áreas desmatadas com 17,2%. Mesmo assim, em 2019, os estados mais desmatados no Cerrado foram Tocantins e Maranhão, totalizando 2.804,93 km² de perda florestal.

Diante de todo o desmatamento é preciso averiguar o que tem sido feito nesses estados no aspecto produtivo. Tendo como objetivo trabalhar com a agroecologia, primeiramente, fez-se a busca dos financiamentos registrados no MDCR para lavouras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na linha de crédito Agroecologia, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2019. Surpreendentemente, não houve nenhum registro de contrato financiado para produção agroecológica. Sinal preocupante para um programa que tem como base o agricultor familiar. Portanto, a busca foi refeita considerando todos os subprogramas do Pronaf. O retorno foi bastante desanimador. Ao longo do período, o Pronaf-custeio agrícola firmou 1,6 milhões de contratos, no valor de R\$ 38,01 bilhões para uma área de 16,68 milhões de hectares. O problema está no fato de 80% do valor financiado ser direcionado para os estados da região Sul, enquanto Nordeste, Norte e Centro-oeste dividem 5,54% do valor disponível. A concentração regional é um problema que se agrava quando se observa a especialização produtiva que o Pronaf permite. Considerando as principais lavouras (soja, milho, café, trigo, arroz) tem-se 92,80% da área financiada e um pouco mais de 80% de contratos e valores de financiamento. Existe uma forte concentração produtiva na agricultura familiar de acordo com esses dados, ou seja, um programa criado para diversificação produtiva da agricultura familiar está se especializando na produção de *commodities* agrícolas de produtos que não vão diretamente para a mesa da população brasileira. Com isso, percebe-se a cooptação do Pronaf pelo modelo hegemônico da agricultura brasileira, de acordo com Gazolla e Schneider (2013).

Juntando os dados disponíveis para o desmatamento da Amazônia e do Cerrado com o Pronaf-custeio, observa-se que o desmatamento ocorre para financiar algumas das principais lavouras. Os estados do Sudeste, por exemplo, têm forte desempenho na produção de café, seguido da produção de

milho, em Minas Gerais, e da soja e milho, em São Paulo. No Centro-oeste, é nítido que o financiamento é direcionado para a produção de soja e milho. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mais de 90% dos financiamentos estão comprometidos com esses grãos. O Distrito Federal representa um ponto fora da curva, por apresentar o financiamento distribuído em alimentos como tomate, pimentão e morango. Subindo no mapa nacional, observa-se outro padrão. As principais lavouras não figuram com os maiores contratos financiados como no Sudeste e Centro-oeste. Entretanto, nota-se que existe uma uniformidade. Maranhão e Piauí apresentam baixo financiamento na produção de grãos, mas destacam-se na produção de mandioca, sendo a lavoura de caju coadjuvante no Piauí. Na região Nordeste, apenas a Bahia tem aporte significativo de financiamento para uma lavoura principal, no caso o milho, com o registro de 55% dos valores financiados. Por fim, a região Norte aponta um comportamento similar, mas com a lavoura de soja atuando em segundo plano, enquanto a produção de mandioca ou alguma fruta, variando entre abacaxi, melancia e banana, lideram os contratos financiados. Na região, chama a atenção que o valor financiado por contrato das lavouras de soja é muito superior em relação a outras lavouras. No Pará, essa diferença é três vezes superior. O valor por contrato alto sinaliza que o produtor rural que está acessando essa política pública é aquele adaptado o suficiente para assumir um grande compromisso financeiro.

Por fim, na análise agrícola, restou analisar a variação da área plantada das lavouras com base na PAM-IBGE, para o período entre 2015 e 2018. O Brasil registrou o aumento de 2,20 milhões de hectares agricultáveis, sendo que os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul atingiram os maiores crescimentos, totalizando 2,12 milhões de hectares. Simultaneamente, a Bahia registrou a maior perda de área produtiva, com a redução de 513 mil hectares. Referindo-se às lavouras financiadas pelo Pronaf, sinaliza-se que entre o rol selecionado para análise na PAM (arroz, milho, soja e trigo), as lavouras de arroz e trigo reduziram sua área. Enquanto isso, foi detectado o aumento das lavouras de soja em 2,63 milhões de hectares, variando 8,15% no período, acompanhado pelo cultivo de milho, que cresceu 4,37%, totalizando 692 mil hectares. Os dados da PAM também consideram a agricultura patronal e isso é importante, porque sinaliza as tendências da produção agrícola nacional. Por exemplo, as lavouras de arroz representam 2,55% das lavouras do país, trigo aporta 2,83%, já o milho tem 22,58% das lavouras brasileiras enquanto a soja está, com folga, na liderança, ocupando 47,56% das terras produtivas.

Os últimos dados se referem às vítimas da pandemia de Covid-19 nas CRQs. Até o momento, o Brasil registra 1,09 milhões de casos confirmados e 50.671 óbitos decorrentes da pandemia. O observatório Quilombo Sem Covid-19 registra 723 casos confirmados, sendo 190 monitorados, e 80 óbitos. Nos biomas em que se analisou a performance agrícola, observou a maior ocorrência das mortes. Foram 58 óbitos nas CRQs da Amazônia e do Cerrado. A maior incidência é no estado paraense com 29 óbitos. Esses dados apontam a maior exposição desses quilombolas que enfrentam o avanço do agronegócio, o qual é acompanhado pelo desmatamento, que reduz a biodiversidade local ampliando a vulnerabilidade das CRQs.

DESENVOLVIMENTO

O levantamento de dados tem como objetivo mostrar uma incongruência no meio rural brasileiro que, aparentemente, está sendo resolvida com base no autoritarismo. As discrepâncias internas do Pronaf viabilizam que não se abra espaço no imaginário popular de que outros tipos de organizações rurais possam sediar a agricultura familiar. Tornando possível um conceito distorcido de desenvolvimento rural em que somente os fazendeiros que estejam alinhados aos grandes projetos do setor do agronegócio, ocultando outras formas de existir no meio rural. Assim, normalizando o progresso e a modernização que geram mais vulneráveis e desterritorializados no campo. Ploeg (2008) define desenvolvimento rural como um conjunto de políticas e práticas que resultam na recampesinização dos agricultores. Assim, o desenvolvimento rural é um processo endógeno de mudança das comunidades camponesas que reagem ao estreitamento de possibilidades existentes no agronegócio. O desenvolvimento rural existe onde prevalece a diversificação produtiva em face à especialização.

Mazalla Neto e Bergamasco (2017) apontam que, no processo de formação social do meio rural brasileiro, sempre houve conflitos contra as expropriações dos grandes proprietários. Os camponeses

lutaram para estar na terra, lutaram contra o cativo, para conquistar um pedaço de chão e por sua liberdade. Das mais variadas formas, construíram suas organizações, resistiram no território produzindo alimentos e imprimiram sua marca na história do Brasil. Desde os períodos coloniais as expressões camponesas se destacam, construindo lógicas e identidades específicas. Na época, dentro da estrutura social figurava um grande grupo de homens e mulheres livres ou libertos pobres, no qual se compunham negros libertos, brancos pobres, índios, mulatos e todas as formas possíveis de mestiçagem. Muitos quilombos surgiram, foram atacados e destruídos em três séculos de uma das mais violentas formas de exploração, a escravidão. Nos quilombos também viviam índios, e trabalhadores brancos livres marginalizados. Essa mestiçagem gestava, na resistência e na luta pela sobrevivência em períodos iniciais da colônia, o campesinato brasileiro. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza

Bispo (2015) salienta que a revolta tinha como objetivo a busca pela liberdade, que era alcançada através da ocupação das matas virgens para reconstituir seus modos de vida, formando comunidades em parceria com os povos nativos. Bispo (idem), assim como Gomes (2015), aponta as múltiplas formas de organização que esses negros e negras, em fuga, encontraram para viver de forma livre e pacífica. Em determinados casos, organizados como nômades, outras vezes ocupando um território fixo. Para essas comunidades, a terra era de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou os longos períodos de festividades. No período colonial, tais comunidades foram denominadas pelos colonizadores como Mocambos e Quilombos e consideradas pela legislação vigente como organizações criminosas. Essas comunidades, pelo grau de enfrentamento que ofereceram aos colonizadores, ganharam repercussão histórica até os dias atuais.

A perceptível desigualdade fundiária denunciada por André Rebouças na transição do Império para a República é comprovada pelo Censo Agropecuário de 2017 do IBGE. Rebouças sentenciou que viveu para ver a abolição da escravatura, mas não o suficiente para testemunhar a democracia rural. Sendo assim, proferiu: "Quem possui a terra, possui o homem". Os dados do Censo Agropecuário do IBGE comprovam que a desigualdade permanece. Para as grandes propriedades, superiores, a 10 mil hectares, encontram-se 16 produtores rurais brancos para 1 produtor rural negro. Os produtores rurais brancos possuem 208 mil hectares agricultáveis, 60% da área disponíveis no país. A soja, principal *commodity* agrícola brasileira, conta com produtores rurais brancos em 88,24%. Totalizando 4,6 milhões de produtores rurais, surpreendentemente, a maioria dos produtores rurais são negros, 2,6 milhões. Porém, esses produtores negros estão longe dos circuitos articulados com o setor dominante do sistema agroalimentar. Essa conjuntura possibilita perceber onde está o lado mais vulnerável da produção rural brasileira.

Segundo Rebouças (1888), democratizar o meio rural era a via de gerar o progresso. Tomando o trabalho enquanto valor fundamental, tanto o problema da emancipação social quanto o da aparente contradição com a produtividade. O que se pode ler como uma "utopia democrática" diz respeito, em primeiro lugar, à ampliação do acesso à terra e à cidadania, concedendo direitos efetivos aos negros e às populações que até então viviam sob o patriarcado dos grandes senhores. Pensar a Democracia Rural como uma utopia significa resgatá-la enquanto crítica e enquanto construção ativa e reflexiva sobre seu próprio tempo. O campo continua sendo o lugar da autossuficiência, assim, é imaginado por Rebouças no horizonte de uma modernidade em construção, em um tempo cujo progresso é a mola propulsora rumo ao desenvolvimento e o pequeno proprietário é um homem inserido nesse mundo e nesse tempo.

A utopia de um dos grandes intelectuais negros do Brasil esteve muito longe de se concretizar para a população negra rural, entretanto, com esse discurso, o Pronaf surgiu nos anos 1990 para ser a alternativa de progresso do pequeno proprietário rural. No lugar de promover a agricultura de baixo impacto com enfoque na produção de alimentos, o programa afastou os pequenos produtores de alternativas agroecológicas. Fidelis (2009) afirma que as agriculturas tradicionais tiveram como origem o encontro da evolução biológica e cultural. Representando as experiências acumuladas de agricultores interagindo em coprodução com a Natureza Viva, conceito de Ploeg (2008), que mostra eficiência mesmo com restrições em acessar insumos, capital ou conhecimento científico formalizado. Primando

pela artesanidade e predominância da unidade familiar no território. A agricultura tradicional está longe da estagnação e do atraso propagado pelos atores sociais dominantes do meio rural. A diversidade dos sistemas agrícolas das CRQs que estão em contraposição à artificialização e à simplificação dos ecossistemas, padrão nos sistemas hegemônicos, apontam que os quilombolas estão geralmente organizados para resistir a estresses ambientais.

Andrade et al (2019) reforça que desafios postos às CRQs forcem as comunidades a desenvolverem estratégias de fortalecimento, mantendo suas roças biodiversas em meio às adversidades e pressões vindas de políticas ambientais, como o incentivo às monoculturas, que chegam na região com seus pacotes de insumos e racismo ambiental. A soberania territorial é um espaço de resistência ao avanço capitalista. Veltmeyer e Lau (2019) afirmam que a América Latina enfrenta uma situação crítica devido ao avanço de investimentos estrangeiros provenientes do capital externo e especulativo que penetrou as atividades extrativas na mineração, no agronegócio e nas barragens. Todas essas atividades têm como impacto o deslocamento de comunidades rurais. Camponeses, indígenas e quilombolas estão expostos aos fluxos de capital e são a linha de frente do conflito territorial. Desde a crise financeira de 2008, os capitais financeiros especulativos estão sendo direcionados para as riquezas do campo. Sobre a natureza, apropriando-se de terras e cercando bens comuns, o capital financeiro avança interferindo na política local dos países do Sul Global. Um aspecto perverso da relação do capital extrativo com os Estados é que, na relação com as comunidades locais, o Estado tende a apoiar os agentes financeirizados em nome do desenvolvimento.

Nesse cenário, que não é novo, Escobar (2016) apresenta que essa resistência vem de uma longa história de dominação e é um elemento fundamental na compreensão da defesa do território e do que é compartilhado como uma prática da ontologia política. As comunidades sabem que têm uma presença contínua em seu território por mais de séculos, sendo um exemplo eloquente do que se conhece por ancestralidade que motiva em persistir nesses espaços. Longe de ser um atavismo intransigente do passado, a ancestralidade surge da memória viva que nos guia a imaginar um futuro diferente, uma utopia possível. Baseada na defesa do território, da vida e da terra comunitária como a mesma causa. Costa e Kuhn (2017) acrescentam que a teoria do desenvolvimento acabou por gerar uma série de problemas sob a justificativa de progresso. As várias denominações que dela derivam, como desenvolvimento humano, sustentável, social, econômico, passam por uma tentativa de interpretar diversos momentos históricos sem apontar que a razão do desenvolvimento é subordinar processos tradicionais ao capitalismo. O desenvolvimento foi perseguido por quatro décadas e os resultados que ameaçam a vida tornam urgente a busca de alternativas para superar a falência desenvolvimentista.

Mazalla Neto e Bergamasco (2017) trazem que a lógica de produção e a relação com a natureza, presentes na agricultura moderna e no capitalismo industrial, como dinâmica relacional destrutiva, espalhou-se com facilidade e relativa aceitação no decorrer da década de 1960 por todo o mundo, reforçando o caráter secundário da questão ecológica. Essa lógica fragilizou a percepção social sobre a perda da biodiversidade agrícola e sobre a degradação ambiental. Logo, o protagonismo desse debate acampou-se no meio rural. Então, que a questão ecológica aponta para a defesa da diversidade biológica, posicionando-se a favor do uso agroecológico do solo como necessidades da sobrevivência camponesa e de outros setores populares. Ao contrário da ecologia da abundância presente nos países do Norte, se colocaria a ecologia da sobrevivência, fortemente presente como forma de organização e lutas sociais nos países do Sul Global.

A grande contradição do Pronaf situa-se em escolher um modelo que adota os mesmos moldes do agronegócio ao especializar suas lavouras em um cultivo, que apenas se encaixa nos moldes da pequena empresa familiar ou aqueles que podem ser chamados de agricultores familiares consolidados pertencentes ao Grupo Variável. Assim, o programa privilegia atividades produtivas rentáveis e cultivos com inserção mercantil a fim de que o agricultor gere excedente para pagar o financiamento, ou seja, o agricultor familiar produz para vender com o objetivo de pagar o valor financiado e não para a sua subsistência. (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013).

Wanderley (2017) expõe que essa contradição foi reconhecida pelo, atualmente extinto, MDA e houve a tentativa de mudar a linguagem, a "franja periférica" passa a ser definida como o próprio público alvo dos programas territoriais, a quem se reconhece, claramente, a condição de agricultor

familiar e se destina o apoio às atividades produtivas agrícolas. Referindo-se ao Programa Territórios da Cidadania como uma agenda democrática para o desenvolvimento rural. Em seguida, apesar de manter as categorias de renda como elemento distintivo dos grupos de beneficiários do Pronaf, os programas territoriais levam em consideração a diversidade de situações que os caracterizam, dando visibilidade a assentados, comunidades tradicionais, agricultores familiares de comunidades rurais, mulheres, jovens e outros.

O MDA incorporou o Pronaf aos seus programas territoriais, propondo uma atenção especial aos agricultores tipificados como Pronaf B, criado em 2000, para combater a pobreza rural. Assim, o Microcrédito Rural, Pronaf Grupo B, torna-se estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo desse público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Wanderley (2017) reconhece que apesar da abordagem positiva e dinâmica dessa intervenção pública, não se pode desconhecer as enormes dificuldades para a implantação efetiva dos seus programas de combate à pobreza persistente. De fato, os agricultores correspondentes ao Grupo B do Pronaf continuam a exibir sinais evidentes de sua fragilidade, especialmente no que se refere ao acesso à terra e às condições de produção.

Essa tensão entre o universalismo das políticas públicas, que pretendem elevar o nível de renda e promover o desenvolvimento rural, bem como as particularidades socioculturais dos povos e comunidades tradicionais, para Ferreira (2017), mostram que o Pronaf-B está mais preocupado com o problema da pobreza e sua superação pela inserção no mercado do que com a constituição de garantias da especificidade sociocultural desse público. Garantir o modo de vida das CRQs demandaria a centralidade do território e o apoio a formas de saberes sobre a biodiversidade e práticas econômicas não mercantis. Infelizmente, as políticas públicas para as CRQs atualizam políticas de modernização rural, em detrimento a políticas de territorialização. Por isso, é fundamental reconhecer a heterogeneidade da agricultura familiar, pois nem todos os agricultores serão capazes de responder aos estímulos de uma política pública como o Pronaf. Schneider e Cassol (2014) afirmam que pode indicar a necessidade flagrante de políticas específicas para os estabelecimentos agropecuários muito pequenos, em que a terra e os demais meios de produção disponíveis não são suficientes para gerar excedente econômico agrícola que possa garantir uma receita adequada. É preciso encontrar alternativas e meios de vida para esse grupo no próprio meio rural, ainda que, talvez, não em atividades agrícolas. Para esse grupo, a migração para as cidades já não é uma alternativa viável, especialmente em virtude da baixa qualificação de sua força de trabalho para se inserir em outros setores que não a agricultura. Mesmo no setor de serviços, os requisitos de qualificação profissional têm crescido muito.

Em 2012, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) apontou que a agricultura estava em uma encruzilhada. O aumento na produção de alimentos é condição necessária, mas não suficiente para satisfazer as necessidades futuras. Ele não permitirá um progresso significativo no combate à fome e à desnutrição se não for combinado com medidas de garantia de maior renda e melhores condições de vida para os mais pobres, particularmente, agricultores que praticam agricultura de pequena escala em países em desenvolvimento. E os ganhos de curto prazo não serão compensados por perdas de longo prazo, se isso levar a uma maior degradação dos ecossistemas, ameaçando a capacidade futura de manter os níveis de produção atuais. Diante disso, o enfoque agroecológico ganha projeção. Segundo Barros e Silva (2012), a agroecologia permite a valorização do repertório biocultural dos PCTs em diversos biomas. Além disso, tem como compromisso elencar alternativas sustentáveis para a vida local, valorizando a racionalidade camponesa de produção alimentar, promovendo uma Ciência próxima das realidades dos sujeitos. Dessa forma, a CAISAN (2012) aponta que a agroecologia é capaz de gerar ganhos de produtividade, reduzindo a pobreza rural, aperfeiçoando a fertilidade da terra, minimizando a dependência dos agricultores de insumos externos e subsídios estatais que, como observado, têm grande probabilidade de descaracterizar a agricultura camponesa. Além da sustentabilidade, a agroecologia melhora a nutrição por variar o cardápio.

Fortalecendo, o Guia alimentar para a população brasileira de 2014 afirma que a alimentação está além da ingestão de nutrientes. O ato de se alimentar está nas dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. Todos esses aspectos influenciam a saúde e o bem-estar da população. A boa alimentação é resultante de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável.

Silva (2008) aponta a experiência dos quilombolas que estão sendo atravessados pelo avanço dos grandes projetos de desenvolvimento em Santarém, Pará, e com a realidade socioeconômica e ambiental influenciada por dimensões históricas e políticas no contexto de identidade étnica, a discussão da insegurança alimentar foi debatida à luz da reflexão dos fatores de progresso ou de acirramento da exclusão social com a abertura da Rodovia BR-163. O reconhecimento de que as CRQs estão em insegurança alimentar foi expresso pelos líderes quilombolas locais à época. Os fatores causais considerados de maior relevância foram a falta de posse da terra e a ausência de uma renda monetária. Para a comunidade quilombola, a rodovia vai atrair produtores rurais, principalmente os interessados na produção de soja, das regiões Sudeste e Sul, sem preocupação com a realidade social da região, ampliando a vulnerabilidade das CRQs cujos serviços básicos de saúde estão ausentes nas comunidades.

Logo, Vecchione e Martins (2020) afirmam não ser coincidência a escalada da Covid-19 na Amazônia com o desmonte dos processos que vinham atendendo à construção e o fortalecimento da autonomia local ser acompanhado do abandono de políticas públicas ambientais e de proteção territorial. A vulnerabilidade social, nesse contexto, é produzida. Ausentam-se serviços de saúde, educação e infraestrutura. De acordo com ABRASCO (2015), deve ser considerado que o pouco que chega até as comunidades camponesas do rural brasileiro são serviços de assistência técnica prestada por grandes empresas que desterritorializam formas de produzir a vida forjada em diferentes localidades de PCTs. Nesse processo, não se substitui somente o que se produz ou a forma de produzir, mas a relação da humanidade com a natureza, impõe-se um modelo civilizatório de cunho neoliberal. É preciso olhar com mais atenção para os dados sobre a produção de alimentos e as oportunidades de trabalho na agricultura familiar, porque ela está sendo deturpada, prejudicando diretamente os quilombolas ao reduzir sua base de recursos e limitando seu modo de vida através do avanço das lavouras de *commodities* que reduzem proteção do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um simples exercício linguístico, nota-se uma brutal diferença entre agronegócio e agricultura. No agronegócio não há cultura, pois não há pessoas, a relação homem-natureza é mediada pelos valores do mercado. O agro não é pop. A sociobiodiversidade cultural presente no campo e na floresta do Brasil se expressa nos povos que produzem alimento, vivem na terra e da terra, das águas e da floresta. Promovendo sua reprodução social com qualidade a partir dos saberes tradicionais.

Como desafio, Santos (1985) aponta a necessidade de reverter o processo de avanço da modernização da agricultura que leva à expulsão dos residentes tradicionais. Essa migração é consequência da incapacidade financeira de continuar sendo proprietário no meio rural. Além disso, a modernização é acompanhada por uma série de valores que têm alto poder de contágio nas áreas agrícolas que auxiliam na desculturalização criando a sensação de inferioridade por parte das populações tradicionais.

Delgado (2017) também sugere que existe um caminho para a Questão Agrária contemporânea, cujo seio da reforma agrária é a 'desmercadorização' da terra. Diante desses fatos, se torna importante seguir a mensagem de Conceição Evaristo, em que sugere o a quilombamento. Como um convite para um deslocamento epistêmico que se promova o desenvolvimento das CRQs através da materialidade da agricultura tradicional de base agroecológica que garante preservação da natureza, a afirmação social e uma atividade econômica sustentável que garante, minimamente, o autoconsumo.

Mesmo não estando em um território rural negro, é tempo de formar novos quilombos em qualquer lugar que estejamos porque a liberdade é uma luta constante. Uma luta que iniciou quando o primeiro africano sequestrado de sua terra colocou os pés em solo americano. Rupert e Silva (2011) apontam que o atual processo de autoidentificação como remanescentes de quilombos vem dinamizar essas formas de resistência. O quilombo passa a significar, então, não só os confrontos abertos com instituições escravistas, mas toda uma variedade de enfrentamentos indiretos e negociações sutis, por meio dos quais se logrou a conquista de espaços de autonomia no interior do próprio modelo de poder, outrora, escravocrata, hoje, neoliberal. Tendo em mente que o motor das lutas sociais em qualquer

sociedade é a defesa de múltiplas formas de vida que apontam alternativas de desenvolvimento ao momento atual.

A urgência está em fortalecer estratégias para a manutenção da vida, enquanto o Estado é omissor em seguir seu próprio regramento, conforme o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, o Decreto 4.887/03 e o Decreto 6.040/07, que são algumas legislações específicas para as CRQs que seguem existindo nas margens da institucionalidade.

Referências

- ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Org: CARNEIRO, F. F. et al. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2015. 628 p.
- ANDRADE, A. M.; et al. Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira, SP. In: ALMEIDA, J. S. S., UDRY, M. C. F. V. **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2019. 356p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR)**. Brasília, 2020.
- BARROS, F. B.; SILVA, L. M. S.. Agroecologia e aproximações de saberes como essência do desenvolvimento sustentável nos trópicos. In: GOMES, J. C. C. ASSIS, W. S. de. **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. 2 ed. Brasília, DF: Embrapa, 2012.
- BISPO, A. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI. Brasília, 2015. 150p.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed.. Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p.
- CAISAN, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Conselho de Direitos Humanos. **Décima sexta sessão**. Item 3 da agenda Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento. Relatório apresentado pelo Relator Especial sobre direito à alimentação. Brasília, DF: MDS, 2012.
- CARVALHO, L. **Valsa brasileira**. São Paulo: Todavia, 2018. 192p.
- COELHO-DE-SOUZA, G.; KUBO, R. R. Etnodesenvolvimento: a inserção da diversidade étnica no debate sobre desenvolvimento. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Vol 1. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2014. 320 p.
- CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Observatório da Covid-19 nos Quilombos**. Brasília, 2020. Acesso em junho de 2020
- COSTA, A. M.; KUHN, D. D. **Bien Vivir/Buen Viver/Bem Viver: uma proposta de pós-desenvolvimento nas Epistemologias do Sul**. Rio de Janeiro. Revista IDeAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. v. 11 n. 1. jan-jun, 2017. Semestral
- DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- ESCOBAR, A. Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. **Revista de Antropología Iberoamericana**. Madrid, volume 11 número 1, jan - abr 2016. p. 11 – 32
- FERREIRA, A. C. A política pública para as comunidades remanescentes de quilombo no Brasil: ambiguidades e tensões. In: MALUF, R., FLEXOR, G.. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.
- FIDELIS, L. de M.; et al. Interfaces da Agricultura Tradicional Quilombola com a Agroecologia: Análise da Agricultura em Comunidades Quilombolas do Município Paranaense de Adrianópolis. **Revista Brasileira de Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2 p. 496-499**
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 2009. 568 p.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual o fortalecimento da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p.46-70, abr. 2013. Trimestral.
- GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GUANZIROLI, C. E.; et al. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 50, n. 2, p. 351-370, jun. 2012. Available from <http://www.scielo.br/> Acesso em 15 de junho 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200009>
- IBGE, Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2020. Acesso em junho de 2020.
- _____. **Produção Agrícola Municipal 2018**. Rio de Janeiro, 2020. Acesso em março de 2020.

- MAZALLA NETO, W.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na Relação com a natureza..In: DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.
- MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Editora Ática. São Paulo, 1993.
- NASCIMENTO, A. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo : Vozes, 1980. 390 p.
- PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2008. 372 p.
- REBOUÇAS, A. **Pequena Propriedade**. Cidade da Ria, n2 154,12 de Julho de 1888.
- RUPERT, R. A., SILVA, P. S. da. O amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, E. P. de G., MENEZES, M. A. de. MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo. Nobel, 1985. 88 p.
- SCHNEIDER, S., CASSOL, C. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, mai/ago. 2014
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF, Embrapa, 2008, p. 989-1014
- SILVA, D. O. E; et al. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção darodovia BR-163, Pará, Brasil. **Revista de Nutrição**. Campinas, 21:83s-97s, jul./ago., 2008
- VECCHIONE, M.; MARTINS, P. **Desmatamento e pandemia: o que o Conselho Nacional da Amazônia está fazendo contra você**. Grupo Carta de Belém, 2020. Disponível em <https://www.cartadebelem.org.br/desmatamento-e-pandemia-o-que-o-conselho-nacional-da-amazonia-esta-fazendo-contra-voce/> Acesso em 2 de junho de 2020
- VELTMEYER, H., LAU, E. Z. América Latina en el vórtice del capital extractivo y de la resistencia. In: SAUER, S. **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e cooperação no Sul Global**. Outras Expresões, 2019. 335 p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.